



Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre

Estado de São Paulo

Rua Rocha Miranda, 434, centro, telefone (015) 32561233

CNPJ: 67.360.4120001-03

PROJETO DE LEI Nº 06, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ACORRENTAR OU ABANDONAR ANIMAIS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE”.

O Vereador JOSÉ GERALDO LOPES JUNIOR no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei propõe o presente projeto de lei:

Art. 1.º No âmbito do Município de Campina do Monte Alegre fica proibido manter animais de pequeno ou grande porte presos em correntes ou assemelhados ou abandoná-los em logradouros públicos.

Art. 2.º Situações a serem caracterizadas como abandono ou maus-tratos:

I - mantê-los sem abrigo ou em condições insalubres que lhes causem desconforto físico ou mental;

II - privá-los de necessidades básicas tais como alimentação e água;

III - submetê-los a qualquer tipo de situação (lesão ou agressão) que lhes causem sofrimento, dano físico ou mental, ainda que seja para adestramento;

IV - abusá-los sexualmente;

V - enclausurá-los com outros que os molestem;

VI - criar, manter ou expor animal em recinto desprovido de segurança, limpeza e desinfecção;

VII - utilizar animal em confronto ou luta, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

VIII - provocar envenenamento em animal que resulte ou não em morte;

IX - deixar de propiciar morte rápida e indolor a animal cuja eutanásia seja necessária e recomendada por médico veterinário;

X - promover distúrbio psicológico e comportamental em animal;



Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre

Estado de São Paulo

Rua Rocha Miranda, 434, centro, telefone (015) 32561233

CNPJ: 67.360.4120001-03

XI - outras ações ou omissões atestadas por profissional técnico habilitado;

XII - outras práticas que possam ser consideradas e constatadas como maus-tratos pela autoridade ambiental, policial, judicial, agente fiscal, veterinário ou outra qualquer com esta competência;

XIII - abandoná-los a própria sorte em qualquer ambiente que se enquadre no Art. 1º da presente Lei.

XIII – deixar o animal doméstico, sem supervisão em vias públicas, logradouros ou espaços de acesso público.

Art. 3.º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator, proprietário dos animais, às seguintes sanções:

I - em caso de estabelecimentos comerciais, multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

II - em caso de pessoa natural, multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 1.º As multas previstas no caput serão aplicadas progressivamente, a cada nova ocorrência.

§ 2.º O valor das multas será corrigido, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 4. Não se incluem na proibição de acorrentamento as hipóteses em que:

I - os animais estejam em circulação com tutor, quando portando corrente, guia ou similar, desde que isso não cause sofrimento ou restrição excessiva à sua locomoção;

II - os animais fiquem acorrentados temporariamente e por período estritamente necessário para limpeza de calçada ou outras atividades pontuais, desde que tenham acesso adequado a água, sombra e espaço suficiente para se movimentar sem risco de ferimentos.

§ 1º O acorrentamento de animais em residências, especialmente no caso de cães, será permitido somente quando comprovadamente necessário por motivos de segurança, devendo ser garantidas as condições adequadas de abrigo, alimentação, hidratação e bem-estar do animal.



Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre

Estado de São Paulo

Rua Rocha Miranda, 434, centro, telefone (015) 32561233

CNPJ: 67.360.4120001-03

§ 2º Caberá ao Agente público responsável pela fiscalização, avaliar as condições do animal e poderá determinar a retirada da corrente caso constate maus-tratos, sofrimento evidente, restrição excessiva de movimentos ou risco iminente à sua integridade física.

§ 3º Situações excepcionais, como a necessidade temporária de manter o animal acorrentado para a construção ou reparo de um canil, somente serão permitidas mediante justificativa plausível, dentro de um período previamente estabelecido e sob fiscalização.

Art. 5.º O chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 60 dias (sessenta) dias.

Parágrafo único. Na Regulamentação de que trata esta lei contará obrigatoriamente:

- I - O órgão responsável pela fiscalização e aplicação das sanções;
- II – As formas de identificação e circulação;
- III - As formas e os prazos para a interposição de recurso administrativo.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina do monte Alegre, 12 de fevereiro de 2025

JOSÉ GERALDO LOPES JUNIOR
Vereador



Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre

Estado de São Paulo

Rua Rocha Miranda, 434, centro, telefone (015) 32561233

CNPJ: 67.360.4120001-03

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

Remeto à apreciação dessa Edilidade o Projeto de Lei 06/2025 que “Dispõe sobre a proibição de acorrentar ou abandonar animais em logradouros públicos no âmbito do Município de Campina do Monte Alegre, e dá outras providências”.

O referido projeto tem como objetivo resguardar a dignidade e o bem-estar dos animais, coibindo práticas cruéis e arcaicas que ainda persistem em nossa sociedade. Infelizmente, a cultura de manter animais presos em correntes é comum e extremamente prejudicial à saúde física e emocional dos mesmos. **Cães, em especial, são seres sociáveis que necessitam de interação e liberdade de movimento**, e a privação desses direitos básicos resulta em sofrimento, estresse e comportamento agressivo.

É imprescindível compreender que a manutenção de um animal acorrentado por longos períodos causa **danos irreparáveis**. As correntes, muitas vezes pesadas e curtas, limitam sua locomoção, deixando-os vulneráveis a diversos problemas, como lesões de pele, problemas ortopédicos e distúrbios comportamentais. Além disso, a falta de abrigo adequado os expõe a intempéries, como chuva e sol escaldante, comprometendo ainda mais sua qualidade de vida.

Há, ainda, o risco iminente de morte por estrangulamento ou enforcamento, fato que não pode ser ignorado. O sofrimento gerado por essas condições desumanas é equiparável ao crime de maus-tratos, sendo um atentado contra o direito dos animais à liberdade e à dignidade.

De igual modo, o **abandono de animais é uma prática cruel e inadmissível**. Animais abandonados ficam à mercê da fome, sede, doenças e violência, além de representarem um problema de saúde pública. O impacto do abandono vai além da esfera individual do animal, afetando toda a coletividade e exigindo maior atuação do poder público para resgates, tratamentos e controle populacional.



Câmara Municipal de Campina do Monte Alegre

Estado de São Paulo

Rua Rocha Miranda, 434, centro, telefone (015) 32561233

CNPJ: 67.360.4120001-03

Dessa forma, este Projeto de Lei visa **proteger e preservar o meio ambiente local**, garantindo que os animais sejam tratados com respeito e dignidade. Sua aprovação representará um avanço significativo na luta contra os maus-tratos e o abandono, reafirmando o compromisso desta Casa Legislativa com a construção de uma sociedade mais justa e ética.

Pelos motivos expostos, solicitamos a aprovação do presente projeto de lei por parte dos colegas Vereadores.

Campina do Monte Alegre, 12 de fevereiro de 2025.

JOSÉ GERALDO LOPES JUNIOR
Vereador